

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.829 - RS (2014/0006963-8)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**  
**INTERES. : CARLOS EDUARDO DOS SANTOS ALVES**  
**INTERES. : ANA CLAUDIA MACHADO PENTEADO**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal local, assim ementado:

"CORREIÇÃO PARCIAL. ART. 195 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL. PRESSUPOSTOS DE PROCEDIBILIDADE: PRÁTICA DE ATO ILEGAL (DECORRENTE DE ERROR IN PROCEDENDO OU ABUSO DE PODER). DECISÃO ATACADA QUE, NO EXERCÍCIO DO MODELO DIFUSO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, AFASTA A APLICAÇÃO DE PARTE DO ART. 366 DO CPP, DECLARANDO A RETOMADA DO CURSO DO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE, TRADUZINDO, EM ESSÊNCIA, O EXERCÍCIO INDEPENDENTE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL. IRRESIGNAÇÃO QUE DEVE SER MANIFESTADA ATRAVÉS DE RECURSO PRÓPRIO, REVELANDO- SE, NA SUA AUSÊNCIA. IRRECORRÍVEL. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA. CORREIÇÃO PARCIAL JULGADA EXTINTA, DECLARANDO O VOTO O DES. ÍCARO CARVALHO DE BEM OSÓRIO. UNÂNIME." (e-STJ, fl. 31)

Opostos aclaratórios, foram rejeitados (e-STJ, fl. 53-57).

Nas razões do especial, alega o recorrente contrariedade aos arts. 6º, I, da Lei 5.010/66 e 577, parágrafo único, do CPP, argumentando, em suma, ser cabível o uso da correção parcial para sanar ato tido como tumultuário, causado pelo juízo de origem.

Argumenta que a declaração de inconstitucionalidade do comando previsto no art. 366 do CPP, que prevê a suspensão do processo e prazo prescricional no caso de réu, citado por edital, não constituir defesa, revogaria decisão proferida por juízo atuante no mesmo processo, em sentido contrário, o que revelaria atitude: "(...) descabida, temerária e mesmo desrespeitosa à magistrada que já se pronunciara nos autos, provocando tumulto processual" (e-STJ, fl. 69).

O Ministério Público opina pelo provimento parcial, para que o recurso seja processado na origem como recurso em sentido estrito, com o mérito julgado pela Corte local (e-STJ, fls. 94-97).

**É o relatório.**

# Superior Tribunal de Justiça

Decido.

No caso, a Corte local concluiu pela inadmissibilidade da correção parcial com amparo no exame de legislação local. A propósito:

"Não merece trânsito a correção.

O remédio jurídico utilizado pelo *Parquet* encontra previsão legal no art. 195 da Lei Estadual n. 7.356/80 - Código de Organização Judiciária do Estado - que assim preconiza:

**Art. 195 - A correção parcial visa à emenda de erros ou abusos que I importem na inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, na paralisação injustificada dos feitos ou na dilatação abusiva de prazos, quando, para o caso, não haja recurso previsto em lei.**

§ 1º - O pedido de correção parcial poderá ser formulado pelos interessados ou pelo órgão do Ministério Público, sem prejuízo do andamento do feito.

§ 2º - É de cinco dias o prazo para pedir correção parcial, contado a partir da data em que o interessado houver tido ciência, inequivocamente, do ato ou despacho que lhe der causa.

§ 3º - A petição deverá ser devidamente instruída com documentos e certidões, inclusive a que comprove a tempestividade do pedido.

§ 4º - Não se tomará conhecimento de pedido insuficientemente instruído.

§ 5º - O Magistrado prestará informações no prazo de dez dias; nos casos urgentes, estando o pedido devidamente instruído, 'poderão ser dispensadas as informações do Juiz.

§ 6º - A correção parcial, antes de distribuída, será processada pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou por um de seus Vice-Presidentes, que poderá exercer as seguintes atribuições do Relator: (Redação dada pela Lei n.º 11.133/98)

a) deferir liminarmente a medida acautelatória do interesse da parte ou da exata administração da justiça, se relevantes os fundamentos do pedido e houver probabilidade de prejuízo em caso de retardamento, podendo ordenar a suspensão o feito.

b) rejeitar de plano o pedido, se intempestivo ou deficientemente instruído, se inepta a petição, se do ato impugnado houver recurso ou se, por outro motivo, for manifestamente incabível a correção parcial." (Grifei)

(...)

O ato processual emanado do juízo singular, nestes termos, não é passível de ataque pela via da correção parcial, que merece julgamento de extinção por ausência de pressuposto essencial ao seu ajuizamento.

Isto porque, a decisão hostilizada não contém erro (quanto à aplicação das formas instrumentais) ou abuso de poder (excesso de poder ou desvio de finalidade), traduzindo, antes, e em sua essência, o exercício (independente) da função jurisdicional de que é constitucionalmente investido o magistrado, a quem é autorizado proceder, inclusive ex officio, ao controle de constitucionalidade de normas pelo modelo

# Superior Tribunal de Justiça

difuso, afastando, em razão deste controle, a aplicação de norma que considere incompatível com a Constituição. (e-STJ, fls. 34-37).

Como se vê, a fundamentação do acórdão recorrido está ancorada em dispositivo local, de modo que o acolhimento da pretensão recursal demandaria exame de eventual ofensa a dispositivo local, o que não se admite, atraindo, na hipótese, a inteligência do enunciado 280 da Súmula do STF, *in verbis*: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário".

Demais disso, a Corte local salientou que a manifestação do juízo de origem teria sido meramente opinativa, autêntico *obiter dictum*, sem qualquer efeito vinculativo às partes, retirando qualquer interesse na insurgência correspondente. Nesse sentido, colhe-se do voto vencedor, da lavra do primeiro vogal:

"Com efeito, o magistrado singular não desconstituiu formalmente a decisão anterior de suspensão do prazo prescricional, mas tão somente disse, dentro do campo discricionário do controle difuso, considerá-la inconstitucional. Nenhum comando contrário à suspensão deu, não se podendo considerar como tal o instar do Ministério Público para localizar o réu, tarefa que pode ser feita mesmo sem se alterar qualquer decisão anterior de suspensão.

Assim, não há decisão a ser atacada, vez que a declaração do entendimento do Magistrado, ainda que extemporânea, não o vincula, nem eventual sucessor. Somente a decisão que reconhecer ou não a prescrição, no momento adequado, será passível de recurso. (e-STJ, fl. 38)

A despeito disso, a parte não impugnou o fundamento aludido, suficiente e necessário para manter a conclusão do acórdão recorrido, o que inviabiliza no todo o conhecimento do especial, ante o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

De todo modo, a aplicação do princípio da fungibilidade, a fim de possibilitar a abertura de instância pela questão de fundo, dependeria do prévio prequestionamento na Corte local, inclusive na via dos aclaratórios, incorrente na hipótese, o que inviabiliza o provimento da proposta subsidiária constante no parecer de fls. 94-97 (e-STJ).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator